

INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS - IAB

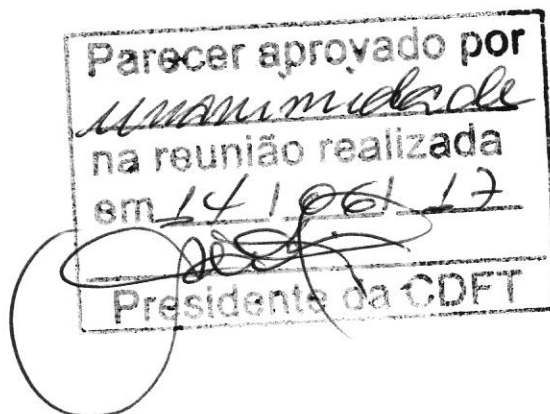
Comissão de Direito Financeiro e Tributário

Parecer: Projeto de Lei nº 6786/2016



Referência: Indicação nº 009/2017
(Projeto de Lei nº 6786/2017)

Relator: Nilson Vieira F. de Mello Jr.



Referência: Projeto de Lei da Câmara dos Deputados Lei nº 6786/2016, de autoria do Deputado Alessandro Molon, que regulamenta o art. 97 da Lei 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), criando o Fundo de Modernização do Poder Judiciário da União e dá outras providências.

Prezados Presidente e Membros desta Comissão,

Nota Introdutória

Neste momento de forte polarização ideológica que o país atravessa, parece emergir como consenso a promover a convergência das variadas correntes programáticas que debatem o papel do Estado na sociedade o reconhecimento de que não há espaço, neste momento, para a criação de

1

112
113
114
115
116
117
118
119
120
121
122
123
124
125
126
127
128
129
130
131
132
133
134
135
136
137
138
139
140
141
142
143
144
145
146
147
148
149
150
151
152
153
154
155
156
157
158
159
160
161
162
163
164
165
166
167
168
169
170
171
172
173
174
175
176
177
178
179
180
181
182
183
184
185
186
187
188
189
190
191
192
193
194
195
196
197
198
199
200
201
202
203
204
205
206
207
208
209
210
211
212
213
214
215
216
217
218
219
220
221
222
223
224
225
226
227
228
229
230
231
232
233
234
235
236
237
238
239
240
241
242
243
244
245
246
247
248
249
250
251
252
253
254
255
256
257
258
259
260
261
262
263
264
265
266
267
268
269
270
271
272
273
274
275
276
277
278
279
280
281
282
283
284
285
286
287
288
289
290
291
292
293
294
295
296
297
298
299
300
301
302
303
304
305
306
307
308
309
310
311
312
313
314
315
316
317
318
319
320
321
322
323
324
325
326
327
328
329
330
331
332
333
334
335
336
337
338
339
340
341
342
343
344
345
346
347
348
349
350
351
352
353
354
355
356
357
358
359
360
361
362
363
364
365
366
367
368
369
370
371
372
373
374
375
376
377
378
379
380
381
382
383
384
385
386
387
388
389
390
391
392
393
394
395
396
397
398
399
400
401
402
403
404
405
406
407
408
409
410
411
412
413
414
415
416
417
418
419
420
421
422
423
424
425
426
427
428
429
430
431
432
433
434
435
436
437
438
439
440
441
442
443
444
445
446
447
448
449
450
451
452
453
454
455
456
457
458
459
460
461
462
463
464
465
466
467
468
469
470
471
472
473
474
475
476
477
478
479
480
481
482
483
484
485
486
487
488
489
490
491
492
493
494
495
496
497
498
499
500
501
502
503
504
505
506
507
508
509
510
511
512
513
514
515
516
517
518
519
520
521
522
523
524
525
526
527
528
529
530
531
532
533
534
535
536
537
538
539
540
541
542
543
544
545
546
547
548
549
550
551
552
553
554
555
556
557
558
559
560
561
562
563
564
565
566
567
568
569
570
571
572
573
574
575
576
577
578
579
580
581
582
583
584
585
586
587
588
589
590
591
592
593
594
595
596
597
598
599
600
601
602
603
604
605
606
607
608
609
610
611
612
613
614
615
616
617
618
619
620
621
622
623
624
625
626
627
628
629
630
631
632
633
634
635
636
637
638
639
640
641
642
643
644
645
646
647
648
649
650
651
652
653
654
655
656
657
658
659
660
661
662
663
664
665
666
667
668
669
670
671
672
673
674
675
676
677
678
679
680
681
682
683
684
685
686
687
688
689
690
691
692
693
694
695
696
697
698
699
700
701
702
703
704
705
706
707
708
709
710
711
712
713
714
715
716
717
718
719
720
721
722
723
724
725
726
727
728
729
730
731
732
733
734
735
736
737
738
739
740
741
742
743
744
745
746
747
748
749
750
751
752
753
754
755
756
757
758
759
760
761
762
763
764
765
766
767
768
769
770
771
772
773
774
775
776
777
778
779
780
781
782
783
784
785
786
787
788
789
790
791
792
793
794
795
796
797
798
799
800
801
802
803
804
805
806
807
808
809
810
811
812
813
814
815
816
817
818
819
820
821
822
823
824
825
826
827
828
829
830
831
832
833
834
835
836
837
838
839
840
841
842
843
844
845
846
847
848
849
850
851
852
853
854
855
856
857
858
859
860
861
862
863
864
865
866
867
868
869
870
871
872
873
874
875
876
877
878
879
880
881
882
883
884
885
886
887
888
889
890
891
892
893
894
895
896
897
898
899
900
901
902
903
904
905
906
907
908
909
910
911
912
913
914
915
916
917
918
919
920
921
922
923
924
925
926
927
928
929
930
931
932
933
934
935
936
937
938
939
940
941
942
943
944
945
946
947
948
949
950
951
952
953
954
955
956
957
958
959
960
961
962
963
964
965
966
967
968
969
970
971
972
973
974
975
976
977
978
979
980
981
982
983
984
985
986
987
988
989
990
991
992
993
994
995
996
997
998
999
1000

1

1

tributos, ainda que a destinação de sua receita venha a ser a mais louvável do ponto de vista social e do desenvolvimento humano.



Talvez tenha sido devido a essa percepção consensual, de fundamentação mais do que justa, que a Indicação nº 009/2017 foi preliminarmente recebida com certo receio na Comissão de Direito Financeiro e Tributário. Se fosse para criar receita e despesas adicionais, a proposta sofreria forte rejeição - e aí, reconheça-se, a análise era mais econômica do que propriamente jurídica, mas ainda assim legítima.

Contudo, revertendo a expectativa inicial, torna-se imperativo esclarecer de pleno nesta Nota Introdutória que o Projeto de Lei nº 6786/2017, de autoria do Deputado Alessandro Molon (Rede-RJ), não cria qualquer despesa ou custo adicional para o cidadão e/ou para o jurisdicionado, tampouco inova em matéria tributária, haja vista que as suas dotações orçamentárias são aquelas previstas em fontes de arrecadação já existentes.

Da mesma forma, não gera custos adicionais com impacto para o Tesouro, não representando, assim, riscos para o tão necessário equilíbrio fiscal.

Entendemos que tais aspectos devam ser considerados quando o Projeto de Lei nº 6786/2017 estiver sob exame nas Comissões de Direito Administrativo e de Direito Processual Civil, conforme designação do Presidente do IAB.

Saliente-se que, na Câmara, o referido PL tramita pelas Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público, de Finanças e Tributação, de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Exame material

O PL 6786/2016 cria o Fundo de Modernização do Poder Judiciário da União (FNMPJU), destinado a financiar as políticas e os projetos de modernização de estruturas, processos e recursos humanos da Justiça do Trabalho, da Justiça Eleitoral, da Justiça do Distrito Federal e Territórios e da Justiça Militar da União. Regulamenta, portanto, o art. 97 do novo Código de Processo Civil (Lei 13.105, de 16 de março de 2015).

Dispõe o referido artigo do NCPC:

"Art. 97 [NCPC] - A União e os Estados podem criar fundos de modernização do Poder Judiciário, aos quais serão revertidos os valores das sanções pecuniárias

processuais destinadas à União e aos Estados, e outras verbas previstas em Lei".



Eis, então, que o artigo 1º do PL, atendo-se exclusivamente ao âmbito federal, está em total harmonia com o NCPC, a saber:

"Art. 1º [PL 6786/2016] - Fica criado o 'Fundo de Modernização do Poder Judiciário da União' (FUNMPJU), destinado a financiar as políticas e os projetos de modernização de estruturas, processos e recursos humanos da Justiça do Trabalho, da Justiça Eleitoral, da Justiça do Distrito Federal e Territórios e da Justiça Militar".

O PL estabelece que os recursos disciplinados pela Lei poderão assim ser revertidos para: I. pesquisa, análise, desenvolvimento, implementação e aperfeiçoamento de sistemas de informação e comunicação, para áreas fim e meio do Poder Judiciário da união; II. para investimentos em tecnologias de gestão de pessoas, processos e materiais; III. investimentos em instalações, mobiliários, equipamentos de informática e outros itens de infraestrutura para atividades judiciais e administrativas; IV. formação, atualização, aperfeiçoamento e treinamento de juízes e servidores em temas jurídicos; V. formação, atualização, aperfeiçoamento e treinamento de quadros em tecnologia de informação e comunicação; VI. atualização, aperfeiçoamento e treinamento de quadros técnicos de peritos judiciais; VII. celebração de convênios, acordos de cooperação e afins com universidades e organismos técnico-científicos em projetos comuns voltados à modernização do Poder Judiciário da União.

De acordo com o PL, o FUNMPJU será provido pelos seguintes recursos permanentes: I. dotações orçamentárias específicas; II. multas previstas no art.77,IV e VI, e parágrafo 2º do Código de Processo Civil; III. percentual fixo de 50% (cinquenta por cento) de todos os bens, direitos e valores relacionados, direta ou indiretamente, à prática de infrações penais, cuja perda for declarada pela Justiça Federal comum e pela Justiça do Distrito Federal e Territórios, nos termos do art. 7º da Lei 9.613/1998; IV. percentual fixo de 10% (dez por cento) de todas as reparações pecuniárias acordadas ou impostas, com trânsito em julgado, em sede de ações civis públicas ou coletivas, por conta de danos sociais ou morais coletivos; V. resultados financeiros das aplicações dos

recursos do FUNMPJU; VI. multas, correção monetária e juros moratórios devidos ao FUNMPJU; VII demais receitas financeiras.



Além desses recursos permanentes, também constituirão o FUNMPJU valores que lhe forem destinados em sentenças e decisões judiciais e outros recursos que lhe forem incorporados por força de Lei. Em seu art. 4º, 5º e 6º, o PL descreve detalhadamente como serão distribuídos os recursos do Fundo entre os órgãos e instâncias da Justiça Federal, não havendo, nesses dispositivos, nada que ofenda a Lei Tributária.

Caberá a um Conselho Curador gerir o FUNMPJU, e à Caixa Econômica Federal (CEF), atuar como seu braço executor ("agente operador"). O Conselho Curador será formado pelo presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que o presidirá, e por um ministro de cada um dos Tribunais Superiores, e ainda um desembargador e um juiz, escolhidos pelo voto direto de seus pares, oriundos, respectivamente, da Justiça Federal, da Justiça do Trabalho e da Justiça estadual. O Conselho Curador contará ainda com um representante dos servidores do Poder Judiciário, este a ser indicado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Ao Conselho Nacional de Justiça competirá expedir as resoluções complementares atinentes ao FUNMPJU no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da promulgação da Lei que o criará. A fiscalização do cumprimento do que está disposto na Lei estará a cargo da Procuradoria-Geral da República e, de forma concorrente, do Ministério da Justiça e de outros órgãos do governo Central.

Exame conceitual

A modernização dos órgãos do Poder Judiciário, por meio da capacitação, aperfeiçoamento e treinamento de seus desembargadores, juízes e servidores, bem como da melhoria de seus processos e de suas estruturas físicas é uma meta que está em consonância com o diagnóstico de que a Justiça brasileira precisa ser mais ágil.

Sabemos que não há Democracia sem Justiça, e hoje, infelizmente, a notória morosidade do Judiciário brasileiro obsta a efetiva prestação jurisdicional que o Estado de Direito requer. A sociedade clama por uma Justiça mais ágil e eficaz.

Neste sentido, o PL 6786/2016 está atendendo a um clamor social, haja vista que recursos humanos mais capacitados, assim como processos operacionais e estruturas bem organizados, contribuem para a maior eficácia e efetividade da Justiça.

Por outro lado, os critérios estabelecidos para a criação do Fundo de Modernização do Poder Judiciário da União (FUNMPJU), assim como para a

sua gestão e fiscalização, são técnicos, prevenindo e coibindo possíveis práticas corporativistas e outros desvios que por ventura pudessem comprometer a sua verdadeira finalidade que, como vimos, é louvável.



Suas principais fontes de recursos são as verbas provenientes das multas previstas no art. 77, IV e VI, e parágrafo 2º do NCPC, o percentual fixo de 10% (dez por cento) de todas as reparações pecuniárias acordadas ou impostas, com trânsito em julgado, em sede de ações civis públicas ou coletivas, por conta de danos sociais ou morais coletivos e ainda o percentual fixo de 50% (cinquenta por cento) de todos os bens, direitos e valores relacionados à prática de infrações penais, como previsto no art. 7º da Lei 9.613, de 03 de março de 1998.

O parágrafo 2º do art. 77 dispõe que o juiz deverá aplicar "multa de até 20% do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta", às partes que desrespeitem seus deveres dentro de um processo, praticando atos atentatórios à Justiça (seja deixando de cumprir com exatidão o que prescreve o juízo, na forma do inciso IV, seja praticando inovação ilegal).

Já o art. 7º, inciso I da Lei 9.613/1998 prescreve [caput do Art. 7º] "São efeitos da condenação, além dos previstos no Código Penal:" [inciso I] "a perda, em favor da União - e dos Estados, nos casos de competência da Justiça Estadual -, de todos os bens, direitos e valores relacionados, direta ou indiretamente, à prática dos crimes previstos nesta Lei, inclusive aqueles utilizados para prestar a fiança, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé".

Não se identifica nesse elenco de fontes de receitas para o Fundo de Modernização do Poder Judiciário da União (FUNMPJU) qualquer violação de preceito Tributário, tampouco ofensa à Constituição Federal. Um ponto, porém, merece atenção. O inciso I do art. 2º do PL prevê, entre os recursos do Fundo, "dotações orçamentárias específicas", o que parece ser um tanto vago, gerando incógnitas no que toca a futuras previsões orçamentárias. Neste caso, o melhor seria eliminar o inciso I do art. 2º do PL, prevenindo dúvidas.

No que respeita a constituição do Conselho Curador do FUNMPJU, uma incongruência também chama a atenção e merece ser reparada: a assimetria na escolha de seus integrantes, sendo juízes e magistrados eleitos por seus pares, enquanto que o representante dos servidores judiciários é indicado pelo CNJ. Mais simétrico e, portanto, democrático seria que a escolha do representante dos servidores do Judiciário se desse, ela também, por eleição de seus pares. Num momento em que o País questiona a representatividade de sua classe governante e trabalha para a efetiva democratização do Judiciário, por meio de sua modernização (como se pretende com o próprio PL em discussão), tal dispositivo não está em harmonia com o espírito do projeto.

Conclusão:

Não se depreende do exame do Projeto de Lei do Deputado Alessandro Molon qualquer ofensa à Legislação Tributária, a preceitos tributários ou à Constituição Federal, no que toca o Direito Financeiro e Tributário.

As ressalvas ao PL dizem respeito ao Inciso I do Art. 2º, que fala em "dotações orçamentárias específicas", deixando campo aberto a incógnitas, o que não parece aconselhável, tendo em vista a necessidade de absoluto rigor no trato da gestão das finanças públicas, e à escolha do representante dos servidores do Judiciário no Conselho Curador por meio de indicação do CNJ, o que, como mencionado, é assimétrico em relação ao processo de escolha dos demais integrantes.

Há ainda no PL uma omissão a ser reparada e uma supressão que deve ser feita. No caso da omissão, o seu autor deixou de incluir no art.1º, no rol das instâncias da Justiça Federal a serem destinatárias do fundo, a Justiça Federal propriamente dita, citando nominalmente apenas a Justiça do Trabalho, a Justiça Eleitoral, a Justiça do Distrito Federal e Territórios e a Justiça Militar da União. Quanto à correção, o inciso VII do art. 7º inclui juiz e desembargador da Justiça Estadual como representantes do Conselho Curador do Fundo, o que não parece adequado, uma vez que o PL 6786 diz respeito exclusivamente ao âmbito federal, não havendo razão para magistrados de outras esferas deliberarem sobre questões de caráter federal.

Portanto, face ao exposto, sou pela aprovação parcial do **PL nº 6786/2017**, sugerindo, pelas razões apresentadas, a supressão do Inciso I do Art. 2º, a supressão do inciso VII do art. 7º, e a alteração do Inciso VIII do Art. 7º (que passaria a ser o inciso VII), para que a escolha do representante dos servidores do Judiciário no Conselho Curador do FUNMPJU seja feita democraticamente, por meio de eleições de seus pares, bem como alteração do art.1º, para inclusão, de forma expressa, da Justiça Federal entre as instâncias do Judiciário beneficiárias do Fundo.

Assim, pela proposta deste parecer, o art.1º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º [PL 6786/2016] - Fica criado o 'Fundo de Modernização do Poder Judiciário da União' (FUNMPJU), destinado a financiar as políticas e os projetos de modernização de estruturas, processos e recursos humanos da Justiça Federal, da Justiça do Trabalho, da Justiça Eleitoral, da Justiça do Distrito Federal e Territórios e da Justiça Militar".




Para o art. 2º, o parecer recomenda a supressão do Inciso I, bem como a supressão do inciso VII do art. 7º. Portanto, o inciso VIII do art. 7º, pela proposta deste parecer, passa a ter a seguinte redação: "art. 7º Inciso VII - um servidor do Poder Judiciário, escolhido por eleição direta de seus pares".



Pelas inferências da matéria objeto do PL em tela, os pareceres complementares da Comissão de Direito Administrativo e de Direito Processual Civil são aconselháveis.

Salvo melhor juízo, este é o meu parecer,

Rio de Janeiro, em 14 de Junho de 2017.


Nilson Vieira Ferreira de Mello Jr.